

A PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: A LÓGICA DE PARMÊNIDES EXPLICITADA POR ZENÃO

THE RESEARCH IN POST-GRADUATE EDUCATION IN THE AMAZON: PARMENIDES' LOGIC CLARIFIED BY ZENON

Jorge Gregório da Silva
Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Reflete sobre a pesquisa na Pós-Graduação em educação, objetivando compreender os seus possíveis avanços e suas possibilidades de consolidação na Região Amazônica, que ocupa uma elevada extensão territorial no Brasil, participando ativamente na construção do Produto Interno Bruto Nacional, embora não receba uma devolução de acordo com o que contribui. A epistemologia utilizada neste artigo é o Materialismo Histórico e Dialético. Mesmo reconhecendo não somente a existência, mas também a importância de outras Teorias do Conhecimento, optou-se pelo Método Histórico-Crítico por ser, do ponto de vista desta reflexão, a que favorece uma perspectiva de totalidade e o aprofundamento teórico na questão.

Palavras-chave: Educação. Pesquisa. Pós-Graduação. Avaliação Institucional. Amazônia Legal.

ABSTRACT

It thinks over the research in the Post-graduate Education in order to comprehend its possible improvements and its possibilities of consolidation in the Amazon Region, which occupies a huge territorial extent, and actively takes part in the construction of the Gross Domestic Product, but it does not receive a reimbursement according to its contribution. The epistemology used in this paper is that of Dialectical and Historical Materialism. Even though it is recognized the existence and importance of other Theories of Knowledge, one opted for the Historical-critical Method for it is, from this reflection point of view, that which favors a totality perspective and the theoretical deepening of the question.

Keywords: Education. Research. Post-graduation. Institutional Evaluation. Amazon.

INTRODUÇÃO

Diferente das análises teóricas fundadas no positivismo, a Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil tem como marco referencial histórico o modelo de substituição de importação, marcado pela passagem de um país eminentemente rural para o início de uma preocupação com produtos manufaturados. Trata-se da saída do País de um modelo rural para uma sociedade industrial incipiente.

Na perspectiva dos que fazem apologia à Teoria do Capital Humano, a expansão da Pós-Graduação *stricto sensu* construiria uma chamada massa crítica, ou seja, uma quantidade de profissionais com Mestrado e Doutorado capazes de atender à ofensiva capitalista na produção de bens de consumo e de utilidade. Surge, portanto, para atender a um chamamento de um mercado de trabalho especializado que não floresceu.

Portanto, a história da evolução da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil é a história da penetração da Teoria do Capital Humano¹ em toda a América Latina e em outros continentes do denominado Terceiro Mundo. É o investimento em saúde, educação e treinamento que o Estado e/ou a iniciativa privada fazem no indivíduo para torná-los mais produtivos. Tem como precursores Schultz (1973), Sheeren (1973) e Blaug (1975).

Os diversos órgãos de cultura, de financiamento e de avaliação, entre eles a Nave Mãe, tiveram a função histórica não de ampliar o número e regulamentar a Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, mas sim de distribuir, de maneira desigual, o Capital Humano entre as regiões, ficando com mais verbas as instituições dos estados da Federação que possuem mais estoque de capital financeiro.

É o maior volume estocado de capital financeiro que atrai mais financiamento, oriundo não somente do erário público, mas também da iniciativa privada. É o volume de capital financeiro que viabiliza as diferenças regionais na produção de pesquisa e não a supremacia metafísica explicada pela tradição em pesquisa. A diferença é material e não metafísica.

Nesta perspectiva econômica, política, filosófica e acadêmica pode-se dizer, então que, a avaliação dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil é realizada nos parâmetros da lógica de Parmênides, natural de Eléa, explicitada por Zenão, também de Eléa, que numa corrida a tartaruga

sempre chega junto com Aquiles. Isso foi comprovado num teorema, na prática, a teoria é outra.

A Amazônia pode, também, ter tradição em pesquisa. Porém, para conquistar a tradição referida por aí precisa que suas universidades contratem mais professores, mais técnicos administrativos, tenha ampliado o número de bolsas para Iniciação Científica, especialização, mestrado e doutorado. Tudo isso exige a ampliação dos financiamentos, para que as tartarugas possam alcançar os Aquiles.

Precisa-se ampliar o número de laboratórios e equipamentos, de técnicos administrativos, de professores, os espaços, as bibliotecas, computadores ligados em rede. Essas são as condições *sine qua non* para a ampliação da pesquisa na Pós-Graduação no Brasil e na Amazônia. São as diferenças regionais nessas condições que materializam a situação privilegiada do Sul e do Sudeste em relação à Amazônia.

FILOSOFIA NA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Zenão de Eléa nasceu (495 a.C. - 430 a.C.) na colônia grega de Eléa, hoje Vélia, Itália. Discípulo de Parmênides, também de Eléa, defendeu de modo apaixonado a filosofia do mestre. Seu método consistia na elaboração de paradoxos. Deste modo, não pretendia refutar diretamente as teses que combatia, mas sim mostrar os absurdos daquelas teses (e, portanto, sua falsidade).

Acredita-se que Zenão tenha sido o criador de aproximadamente quarenta destes paradoxos, todos contra a multiplicidade, a divisibilidade e o movimento presentes na avaliação da pós-graduação. Para a escola eleática tudo isso nada mais é que ilusão. Ao contrário de Heráclito, de Éfeso, Zenão exerceu atividade política. Consta que teria participado de uma conspiração contra o tirano local, sendo preso e torturado até a morte. Felizmente o tirano atual, ainda, não chegou a tal nível de violência.

Alguns dados biográficos

Zenão, Filho de Teletágoras, foi adotado por Parmênides na Escola de Eléa. Aristóteles (384 a.C.-322a.C.) o considera o criador da dialética. Tornou-se um professor muito respeitado em sua cidade e, devido a isso, envolveu-se bastante com a política local. Juntamente com outros compa-

¹ Frigotto (1984) faz uma crítica robusta à Teoria do Capital Humano e seus pressupostos.

nheiros e conspiradores, Zenão tentou derrubar o tirano que governava a cidade. Pela sua produção não seria professor na pós-graduação.

Tornou-se um herói depois de sua morte, deixando uma marca na lembrança de seus compatriotas e contemporâneos. Zenão, ao ser torturado impiedosamente pelo tirano, em praça pública, e querendo este arrancar-lhe a todo custo a confissão dos nomes de seus companheiros conspiradores, delatou todos os amigos do tirano como sendo participantes ativos da rebelião e, posteriormente, insultou o próprio tirano.

O insulto foi realizado frente a frente. Zenão, já todo ensanguentado, disse que o tirano é a peste do Estado. Como se ainda quisesse dizer alguma coisa aos ouvidos do tirano, postou-se a seu lado mordendo-lhe a orelha e cerrando tão firmemente os dentes que, para soltar, teve que ser trucidado pelos soldados, que o mataram ali naquele instante de intensa angústia, grande coragem e capacidade de enfrentamento ao poder instituído. Tal história de bravura e coragem, espalhou-se posteriormente entre os cidadãos de Eléa, que, por fim, reagindo contra a tirania, ergueram-se contra seu governante e ganharam a liberdade. Outros narram que, ao invés da orelha, Zenão teria cerrado seus dentes contra o nariz do tirano. Pode ser também que, depois de enormes torturas, Zenão tenha cortado sua própria língua com os dentes e a cuspiu no rosto do tirano, para lhe mostrar que jamais delataria nenhum de seus companheiros.

O exemplo de Zenão bem que poderia ser tomado pelos oprimidos de hoje, para conseguirem se livrar da opressão do tirano ou dos tiranos atuais. Caberia muito bem algumas das escolhas para afrontá-los: Moder a orelha, o nariz ... Menos a cusparada com a própria língua. Defendemos a vida e não a morte. Existem muitos para defender a morte, por isso defendemos a vida, de preferência saudável.

Linha de Pensamento

Zenão, no seu pensamento panteístico, atribui a Deus as seguintes características: o primeiro atributo deduzido pelo filósofo para compor o conceito de Deus é a eternidade. Assim, Zenão nos diz: É impossível que, quando algo surge tenha que surgir ou do igual ou do desigual. Ambas as coisas são, porém, impossíveis. Não se pode atribuir ao igual, que dele se produza mais do que deve ser produzido, já que os iguais devem ter

entre si as mesmas determinações.

Explica, ainda, que não pode surgir o desigual do desigual. Se do mais fraco se originasse o mais forte, ou do menor o maior, ou do pior o melhor, ou se, inversamente, o pior viesse do melhor, originar-se-ia o Não-Ser do Ser, o que é impossível; portanto, Deus é Eterno. Isso serve para as comparações feitas na avaliação da Pós-Graduação e para alguns avaliadores que sofrem da síndrome de Deus, que se julgam Deuses e semi-Deuses, que se pudessem não andavam, flutuavam.

O segundo atributo que Zenão percebe na divindade é a Unidade, como pode ser visto nesse argumento: Se Deus é o mais poderoso de tudo, então lhe é próprio que seja Um; pois, na medida em que dele houvesse dois ou ainda mais, ele não teria poder sobre eles; mas enquanto lhe faltasse o poder sobre os outros não seria Deus. Assim, o filósofo panteísta da Escola de Eléa ensina aos habitantes da Nave Mãe que, por maior que seja o esforço empreendido, no máximo chegam a semi-Deuses.

Se, portanto, houvesse mais deuses, eles seriam mais poderosos e mais fracos um em face do outro; não seriam, por conseguinte, deuses; pois faz parte da natureza de Deus não ter acima de si nada mais poderosos; pois o igual não é nem pior nem melhor que o igual – ou não se distingue dele. Se, portanto, Deus é e se ele é de tal natureza, então só há um Deus; não seria capaz de tudo o que quisesse, caso houvesse mais deuses.

Quanto à figura, Zenão propõe que Deus tem a forma de uma esfera, sendo Um, é em toda parte igual, ouve, vê e possui também, em toda a parte, os outros sentimentos, pois, não fosse assim, as partes de Deus dominariam uma sobre a outra, o que é impossível. Como Deus é em toda parte igual, possui ele a forma esférica; pois não é de um jeito aqui e em outra parte de outro modo, mas em toda parte igual. Logo os Jasões da expedição dos argonautas, por não serem Deus, não encontram o velo de ouro.

Por fim, Zenão conclui que Deus não é nem limitado nem ilimitado, nem móvel nem imóvel. Visto que o ilimitado e o imóvel são características do Não-Ser; e, que o limitado e o móvel são características do Múltiplo, Zenão afirma: “O Um, portanto, não está nem em repouso nem se movimenta; pois não se parece nem com o Não-Ser nem com o Múltiplo. Em tudo isso, Deus se comporta assim; pois ele é eterno e uno; idêntico a si mesmo e esférico, nem ilimitado nem limitado. Ninguém é Deus!

Argumentos contra a pluralidade

Seguindo o pensamento de seu mestre Parmênides, que afirmava a unidade do Ser, Zenão concebeu contra a pluralidade os seguintes argumentos ou paradoxos: se a pluralidade existe, as coisas serão ao mesmo tempo limitadas e infinitas em número. De fato, se há mais de uma coisa, vemos que entre a primeira e a segunda existe, então, uma terceira. Assim, entre a primeira e a terceira, existirá uma quarta; e assim, ao infinito. Porém, no interior da Nave Mãe só cabe o finito e não pode mudar o gráfico.

Se a pluralidade existe, as coisas ao mesmo tempo serão infinitas em tamanho e não terão tamanho algum. Igualmente aqui, se duas coisas possuem cada qual sua espessura, e entre essas duas espessuras há uma terceira espessura, há que se concluir que entre a primeira espessura e essa terceira espessura, haverá também uma quarta espessura; e assim, ao infinito. As ferramentas de qualidade usadas pelos Jasões da expedição dos argonautas não constroem o infinito. Querem qualidade sem quantidade.

Argumentos contra o movimento

No pensamento dos eleatas, o movimento, tal como as mudanças e as transformações físicas, nada mais eram do que ilusões provocadas pelos sentidos. Para propor que o movimento não existe, Zenão concebeu os seguintes argumentos ou paradoxos, que até hoje são objeto de muita discussão entre filósofos e cientistas. Antes de apresentar o argumento do filósofo, inferimos que os argonautas também acham o movimento uma ilusão de ótica.

Imagine um móvel que está no ponto A e quer atingir o ponto B. Este movimento é impossível, pois antes de atingir o ponto B, o móvel tem que atingir o meio do caminho entre A e B, isto é, um ponto C. Mas para atingir C, terá que primeiro atingir o meio do caminho entre A e C, isto é, um ponto D. E assim ao infinito. Um móvel que é quatro, portanto, não chega a seis sem passar pelo cinco. No caso brasileiro a distância entre 4 e 6 é tão grande quanto a diferença entre 4 e 5. Quem é 4 morre 4!

Imagine uma corrida entre um atleta velocista (Aquiles) e uma tartaruga. Suponhamos que é dada à tartaruga uma vantagem inicial em distância. Aquiles jamais a alcançará porque, quando

ele chegar ao ponto de onde a tartaruga partiu, ela já terá percorrido uma nova distância; e quando ele atingir essa nova distância, a tartaruga já terá percorrido outra nova distância, e assim, ao infinito. O caso brasileiro é o oposto, a tartaruga nunca consegue alcançar o Aquiles.

Uma flecha em voo está a qualquer instante em repouso. Ora, se um objeto está em repouso quando ocupa um espaço igual às suas próprias dimensões, e, se a flecha em voo sempre ocupa espaço igual às suas próprias dimensões, logo a flecha em voo está em repouso. Assim como a flecha, argumenta que é impossível que a subdivisibilidade do tempo e do espaço termine em indivisíveis. É o paradoxo mais discutido e com a descrição mais difícil. A avaliação no Brasil é uma prova de que a flecha não se movimenta.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS IES

Parte-se do princípio de que todo educador precisa entender a diferença entre capital e capitalismo para construir o processo de luta contra a opressão. Para Karl Marx (1818-1883) o capital é anterior e posterior ao capitalismo. O modo social e histórico de produção capitalista é uma das estratégias de realização do capital. Nos últimos três séculos, tornou-se o modo dominante de realização do capital.

Da mesma maneira que existia capital antes do capitalismo, existe capital depois do capitalismo. É o que Mészáros (2002) intitulou de Capital pós-capitalista vigente na Rússia e nos demais países do Leste Europeu durante o século XX. Estes países referidos como pós-capitalistas não conseguiram romper com o domínio do capital porque o funcionamento social do capitalismo é fundado em três premissas básicas (MÉSZÁROS, 2006): Trabalho assalariado, Estado (recursos naturais) e Capital. Portanto, o capital não desaparece enquanto não forem suprimidas as três premissas que o materializa. O capitalismo é altamente destrutivo porque o capital não tem limites para se expandir. Portanto, é incontrolável. É a partir desse entendimento que se pode compreender as entrelinhas da avaliação e controle da pós-graduação na Amazônia com seu caráter destrutivo.

É essencialmente destrutivo devido à produção e o consumo supérfluo, a destruição ambiental em âmbito global, o desemprego e a precarização

do trabalho de modo estrutural e também devido à política do Norte de guerra permanente. Qualquer tentativa de modificação do sistema social, orientado pelo capital, por intermédio da via institucional e parlamentar é fracassada. Arendt (1991), Baudrillard (1994). A avaliação da pós-graduação no Brasil não quer e nem tem força material para promover a transformação. A transformação exige um movimento fora do parlamento, das instituições de financiamento e controle. Deve ser um movimento de massa, radical, de raiz, capaz de acabar com o funcionamento do sistema social do capital e sua lógica destrutiva, da qual se origina o sistema da avaliação (MÉSZÁROS, 2002). À moda do capital, a avaliação visa classificar as universidades em melhores e piores, as mais produtivas e as menos produtivas, as que recebem prêmio e as que recebem castigo.

Como ensina Frigotto (1994), o capital está no controle de todo o funcionamento social. Trata-se de um sistema orgânico e não apenas do funcionamento das instituições políticas, entre elas o parlamento, os organismos de financiamento, de cultura e de avaliação. Para Mézáros (2002) o capital é um sistema orgânico que pode permanecer no controle da reprodução do funcionamento social, depois passa também a controlar a dimensão política do sistema. Um exemplo de como o capital tem estado no controle de todo o funcionamento do tecido social foi a maneira rápida de reestruturação do capitalismo no Leste Europeu e na União Soviética depois de setenta anos da Revolução Russa, é uma importante lição para o futuro. O Estado passou toda a propriedade para as velhas oligarquias. No Brasil, a avaliação também está no poder das velhas oligarquias acadêmicas.

O desmonte das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o desmoronamento dos países do Leste Europeu é o marco histórico e conceitual fundamental do neoliberalismo. Para Mézáros (2002) a crítica contra o neoliberalismo deve ser constante, devido o poder político e econômico institucionalizado por essa ideologia na maioria dos governos de todo o mundo e dos organismos de cultura e avaliação.

A ideologia neoliberal defende o afastamento do Estado das atividades econômicas. Contrariamente, o apoio do Estado ao capital nunca foi tão grande e tem total apoio dos que fazem apologia ao neoliberalismo, que nem se envergonham de tanta contradição (CASTEL, 1997). As guerras

organizadas em busca do poder são cinicamente justificadas em nome da democracia e da liberdade. Daí o axioma de que a Nave-Mãe somos nós, nossa força e nossa voz.

Os Estados Unidos foram o berço da crise econômica que ocorreu recentemente. Porém, a referida crise, para Mézáros (2005), é apenas o início de muitas outras. O capitalismo vive em crise estrutural. No passado a crise era conjuntural, periódica. Somente uma transformação social radical poderá trazer uma saída para a perigosa crise. Alguns intelectuais fazem a sua parte no processo de esclarecimento da ideologia neoliberal. Outros a sustentam e defendem.

É necessário, porém, que todos os educadores se juntem para enfrentar o capital em sua versão neoliberal que produz a avaliação. A renovação do pensamento crítico deve ser uma “grande e coletiva operação intelectual da qual, infelizmente, ainda estamos muito longe. Só assim podemos enfrentar a desproporcional força neoliberal alimentada pelo Estado” (MESZÁROS, 2005, p. 563).

A estratégia dominante do sistema do capital é, então, no limite, incontrolável. Mas é, também, expansionista e destrutiva. É a referida ação que inspira uma avaliação destrutiva, que forja a precarização do trabalho nas IES, a solidão, o sofrimento e, por consequência disso, o estado mórbido. A distância da família gera problemas no seu seio e para a sociedade em âmbito geral, que se torna cada vez mais violenta.

Por isso o capital produz no capitalismo uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente. Como necessidade atual para responder ao processo de destruição global a alternativa ainda é o socialismo, porque somente a queda do Estado capitalista é insuficiente para transformar a ordem social do capital. A crise da universidade é a crise do capital que jamais será resolvida com precarização e avaliação.

Segundo Pistrak (1981), a primeira tarefa da educação é a de transformar a sociedade, para criar, após as fases intermediárias naturais de destruição da ordem tradicional e da vitória final da classe trabalhadora, uma nova organização social que, sob a direção dos trabalhadores e através da propriedade comum dos meios de produção, levará ao fim da alienação do homem, à submissão do Estado.

A conquista final é a destruição do Estado e a criação da comunidade dos homens, na qual todos os indivíduos, sem qualquer distinção, se-

riam solicitados a contribuírem com o máximo de seus esforços e capacidades e receberiam de acordo com suas necessidades. A avaliação seria construída e aplicada pela comunidade dos homens, e não mais pelo Estado capitalista materializado em seus burocratas.

Toda discussão sobre a possibilidade de uma educação neutra não faz sentido para Pistrak. Para este autor a educação foi sempre política. E a avaliação da educação também é política. A sua era engajada na construção revolucionária do novo mundo do socialismo. Em Pistrak não há qualquer tentativa de dissimular esse objeto. Ao contrário, é o tema central em torno do qual toda a estrutura pedagógica é construída.

É necessário saber quando é preciso mandar e obedecer, e isto se consegue através da auto-organização dos educandos, em que “[...] todos, na medida do possível, ocupem sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas” (PISTRAK, 1891, p.41). Os estudantes oriundos da Escola do Trabalho, ao se tornarem educadores, certamente não obedeceriam às ordens da Nave-Mãe.

Considerações finais

É impressionante a estratégia de comunicação utilizada para divulgar o resultado da última avaliação realizada na pós-graduação do Brasil pela Nave-Mãe. A grande mídia repete a cantilena dos organismos transnacionais de financiamento e avaliação, rezando que a Amazônia tem, no resultado insatisfatório da referida avaliação, o produto da sua inexperiência em pesquisa.

Para utilizar a linguagem populista do Presidente da República, a Amazônia está na lanterna e os demais estados da Região Norte na vice-lanterna do campeonato nacional da pós-graduação e educação. Qual a intenção de esconder o resultado? É evidente que a situação representa um fracasso educacional, do ponto de vista dos alunos, dos professores e do conjunto dos trabalhadores.

Do ponto de vista das elites dirigentes o resultado representa um sucesso. Gaudêncio Frigotto, em sua obra *A Produtividade da Escola Improdutiva* (1984), explica essa relação dialética entre o sucesso e o fracasso da educação. Enquanto a súcia de dirigentes da educação, em particular, e de outras áreas, em geral, conseguirem estabilidade no Poder Público, não haverá esforço institucional para modificar o quadro atual.

Sabemos que pedir a substituição das autoridades educacionais é muito para um País construído a partir das oligarquias pessoais e familiares, do gamonalismo, do patrimonialismo e de outras manifestações sociais de base agrária. Este é o primeiro simulacro. Pedimos apenas que os dirigentes que não sabem nada de educação chamem quem sabe, por exemplo, para fazer uma meta-avaliação: uma avaliação da avaliação.

Não lhes será difícil achar, pois no próprio quadro de pessoal das Universidades brasileiras existem pessoas que entendem de educação e de avaliação. Neste particular não é aceitável o axioma que o bom julgador julga os outros por si. É um simulacro dizer que medida não é avaliação, apesar de que, para avaliar, seja necessário medir para colher resultados e equacionar os problemas encontrados.

Portanto, o segundo simulacro é que, no Brasil, não é realizada uma avaliação, por nenhuma das entidades mórbidas indicadas pela imaginação cientificista de Cláudio de Moura e Castro ou Guiomar Namó de Melo no documento “Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial: ações para o Governo”, encomendado pela Fundação Herbert Levy, instituição financiada pela Gazeta Mercantil de São Paulo e pelo Bradesco. É por via do referido documento que é imposta a “avaliação” educacional e institucional como estratégia para a melhoria da educação brasileira. Porém, na prática, não existe avaliação, mas sim medida. É medida porque classifica as melhores e as piores universidades sem nenhum comprometimento político, econômico, acadêmico do Poder Público para recuperar as consideradas piores. Elas são apenas punidas.

Medir é avaliar quanto pesa, quanto vale, quanto custa. Avaliar é construir informações para corrigir falhas no processo. À medida que compara Tocantins, Amazonas, com São Paulo, Rio Grande do Sul. A avaliação tem como parâmetro de medida o Próprio Estado de Tocantins, do Amazonas. A avaliação busca saber onde o Tocantins, o Amazonas, avançaram e onde precisam avançar.

A avaliação, diferente da medida, não quer que o Tocantins, o Amazonas, se transformem em São Paulo, Rio Grande do Sul. Poderíamos inferir, neste segundo simulacro, até mesmo por ser um simulacro, uma mentira, que o fator econômico, unicamente, é o que determina a qualidade do ensino. Se isso fosse verdadeiro e não um simulacro, o Amazonas estaria em quarto lugar na classifica-

ção do campeonato nacional de educação.

O mais seguro e mesmo humanista é dar os pêsames aos familiares dos dirigentes da educação. Eles estão mortos e carregando para a caixa sepulcral, sepulcro caiado, rios de dinheiro e exército de profissionais e alunos, na trincheira do axioma de que o bom julgador julga os outros por si, ou no silogismo simples que diz “aqueles a quem nada ensinei, nada sabem, portanto não posso chamá-los para intervir”.

O terceiro simulacro é atribuir à classificação da Região Amazônica no campeonato nacional de educação, unicamente, a falta de tradição dos professores em pesquisar. Vamos fazer um exercício de sofista neste terceiro simulacro. Vamos admitir que a tradição em pesquisa seja uma panaceia. Quando existe uma possibilidade de confrontar os pesquisadores das regiões e seus respectivos trabalhos a conclusão que se chega é que se existe alguma diferença é em favor dos pesquisadores da Amazônia.

Neste silogismo categórico onde a tradição em pesquisar é a salvação de tudo e o Estado é, constitucionalmente, o responsável pela formação, quem é o vilão principal da história? a) () a família; b) () o aluno c) () o professor d) () o Estado e) () N.R.A.

No dia em que a Nave-Mãe, ou qualquer genérico para a educação, resolver avaliar as autoridades educacionais no Brasil é possível que se inicie o processo de construção de uma educação de qualidade social, que se diferencia da educação de qualidade total imposta pelos escribas do capital, no caso brasileiro, no documento Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial: Ações para o Governo, seguido de maneira muito obediente pelos serviços do sistema financeiro local, regional, nacional e internacional.

No caso da cognominada avaliação da pós-graduação no Brasil, convidamos o Ministério Público para se inteirar sobre como esse processo vem sendo conduzido: Quais os critérios estabelecidos para cada item avaliado? Quanto custa a referida avaliação? Para quantas instituições ela é realizada? Qual o motivo de ser realizada em empresas privadas de educação e não nas Universidades Federais, com pessoal concursado e qualificado?

Sabemos que se aproxima uma aguda quadra do ano onde o pensamento ficará voltado para a compra de presentes, dos alimentos da ceia, mas, como agentes públicos, vamos pensar, também, naqueles que, mesmo pagando os nossos salários, não têm bolsa de estudo, o que comer, ou bebem leite ou comem gêneros alimentícios da merenda escolar no âmbito do seu trabalho, que os conduzem não para a tradição de pesquisador para disputar o certame nacional de educação, mas para os hospitais da cidade com início de infecção.

Não precisa nunca nem ter lido Jean Piaget para saber que pós-graduandos e professores pesquisadores da pós-graduação nestas condições, inseridos no trabalho precarizado, não estão prontos para aprender e produzir, para conquistar o Nirvana de pesquisador. Não há sócio-construtivismo ou histórico-construtivismo capaz de superar este hediondo simulacro fundado em administrações públicas patrimonialistas.

Difícilmente estes pesquisadores vão chegar em frente a um espelho para perguntar: *Lattes Lattes* meu, diga se na pós-graduação existe algum currículo mais produtivista do que o meu? Pelo contrário, nós pedimos para a pós-graduação na Amazônia um Programa de Desaceleração das nossas universidades para, como sugere Frigotto (1984), desacelerar o ritmo da produção.

Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. *A sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLAUG, M. *Introdução à economia da educação*. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓRGUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita. WANDERLEY, Mariângela Belfore (Org.) *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação. *Revista Contexto e Educação*. n.34, ano 9, abr./jun. 1994. (p.7-28).

_____. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.

GRAMSCI, Antônio. *A formação dos intelectuais e a formação da cultura*. Porto/PT: Editorial Progresso, 1968.

_____. *A concepção dialética da história*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MESZÁROS, István. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Eusabo, 1996. Parte I, p. 11-86.

_____. *A Educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Sérgio Lessa e César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002.

MAKARENKO, Anton Simionovich. *Poema Pedagógico*. Brasiliense: São, 1989.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *Problemas fundamentais da Escola do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar 1973.

SHEEREN, J. *The economics of education*. London, 1973.

SGUISSARD, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

Jorge Gregório da Silva

Pós-Doutor em Economia Política da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Ronaldo Rosas Reis. Professor da Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Autor de diversos livros e vários artigos em revistas de circulação nacional e internacional.

Recebido em 30/10/ 2010

Aprovado para publicação em 18/11/2010